

A luta pelo vernáculo

Ingrid Rocha

Foi difícil encontrar a palavra. Durante uma semana, o ministro da Justiça, Fernando Lyra, seu chefe de Gabinete, Cristóvan Buarque, o secretário-geral do Ministério, José Paulo Cavalcanti, e mais uns tantos assessores de Lyra e do presidente Sarney quebraram a cabeça para encontrar a palavra chave que agradasse a gregos e troianos. Cogitou-se em usar "esboço", passou-se por "texto", depois construiu-se "esboço de texto" e, finalmente, chegou-se a "estudos". Tudo isso para evitar "anteprojeto".

A razão para várias consultas aos dicionários era o temor do Governo de ferir susceptibilidades. Nos gabinetes do ministro da Justiça e do Palácio do Planalto travou-se verdadeira batalha campal com o vernáculo. Entre os mortos e feridos, a maior vitória coube àqueles que sempre criticaram a ingerência do Poder Executivo na Assembléia Nacional Constituinte.

Os louros da vitória, porém, ficaram com o ministro Fer-

nando Lyra. Ele defendeu um decreto simples, sucinto e que não permitisse interpretações dúbias. Apareceu um suposto decreto de criação da Comissão, que, entre outras complicações, interferia na liberdade de deliberar da Comissão. Tal decreto foi parar numa das latas de lixo do Palácio do Planalto e prevaleceu o documento que guardava mais semelhança com as minutas elaboradas pelo ministro da Justiça.

Mas a novela terminou apenas em parte. Uma outra, mais dramática do que semântica, continua se desenrolando nos bastidores do poder. Trata-se de definir "os brasileiros notáveis" que formarão a Comissão encarregada de elaborar estudos jurídicos a serem arquivados nos anais da história. Apesar de sua função ser apenas de aprontar um estudo, existe uma verdadeira guerra de estrelas para brilhar nessa constelação.

Aguarda-se para a próxima semana o derradeiro capítulo que promete um final feliz para os agraciados com um lugar de honra no bonde da história. Guardem.